

Relatório e Contas



Empreendimentos Hidroelétricos
do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA

2013

<p>+ Órgãos Sociais</p>		<p>Página 2</p>
<p>+ Relatório de Gestão</p>		<p>4</p>
<p>+ Documentos de Prestação de Contas</p>		
<p>- Demonstração dos resultados por natureza</p>		<p>19</p>
<p>- Balanço</p>		<p>20</p>
<p>- Demonstração das alterações no capital próprio</p>		<p>21</p>
<p>- Demonstração de fluxos de caixa</p>		<p>22</p>
<p>- Anexo às demonstrações financeiras</p>		<p>23</p>
<p>+ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</p>		
<p>- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</p>		<p>65</p>
<p>+ Certificação Legal das Contas</p>		
<p>- Certificação Legal das Contas</p>		<p>67</p>

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

António Alberto Pires Aguiar Machado
Presidente

Fernando Eirão Queiroga
Vice-presidente

António Cândido Monteiro Cabeleira
Secretário

Conselho de Administração

Rui Manuel Vaz Alves
Presidente

Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida
Administrador

Manuel Orlando Fernandes Alves
Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de
Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC.



RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2013

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2013.

Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Sócios	PAÍS DE LOCALIZAÇÃO DA SEDE	PARTICIPAÇÃO DIRECTA NO CAPITAL		PARTICIPAÇÃO DIREITOS DE VOTO
		%	€	%
Município de Boticas	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Chaves	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Montalegre	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Ribeira de Pena	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Valpaços	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Município de Vila Pouca de Aguiar	620	16,67%	150.000,00	16,67%
Total		100,00%	900.000,00	100,00%

O novo regime jurídico do sector empresarial local previsto na lei 50/2012, de 31 de agosto, com o objetivo de acabar com a “segunda linha” de participações sociais detidas por empresas locais, veio consagrar para o futuro, conforme dispõe o artigo 38º, a proibição destas empresas, como é o caso da EHATB, de constituírem ou adquirirem quaisquer participações em sociedades comerciais.

Assim, ao abrigo da referida lei, em 2013, foram já executadas as seguintes operações:

- A. Alienação, a título gratuito, aos acionistas, a participação social detida pela empresa nas sociedades: **Município**-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.; **Marc**-Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A.; **Resinorte** – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.; **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro**, S.A.; Eólica de **Atilhó**, Lda.; Eólica da **Padrela**, Lda.; Eólica do **Barroso**, Lda.; **Atberg**-Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda, Empreendimento Eólico de **Viade**, Lda. Eólica da **Serra das Alturas**, SA e Eólica de **Montenegrelo**, SA.
- B. Alienação, a terceiros, a participação social detida pela empresa nas sociedades "**Dourogás** Propano - Companhia Comercializadora de Propano, S.A", "**Sonorgás** - Sociedade de Gás do Norte, S.A" e "**Probiomass** - Biomassa, LDA";
- C. Dissolução das empresas "**Hidrolouredo** - Hidroelétrica do Louredo, Unipessoal Lda.", "Hidroelétrica de **Daivões**, Unipessoal, Lda.";
- D. Fusão, por incorporação, das sociedades **ECHATB**-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A (sociedade incorporante), e Eólica de **Barbadães**, Unipessoal, Lda, Eólica do **Leiranco**, Unipessoal, Lda, Eólica da Serra de **Mairos**, Unipessoal, Lda. (sociedades incorporadas).
- E. Por ultimo, no âmbito da própria participada, a **EEA-Empreendimento Eólico de Alvaldia, EIM, Lda**, doravante designada por EEA procedeu à amortização, das duas quotas nela detidas pela Finerge-Gestão de Projectos, Sa., com redução do Capital. Esta operação permitiu que a EEA, Lda. fica-se a ser detida a 100% pela ECHATB,EIM,SA e, assim possibilitar a sua incorporação, por fusão, o que se prevê venha a ocorrer já no exercício de 2014.

Todas estas operações foram já vertidas nas demonstrações financeiras em apreço, o que justifica as significativas variações registadas nas demonstrações financeiras agora em apreço.

Evolução dos negócios

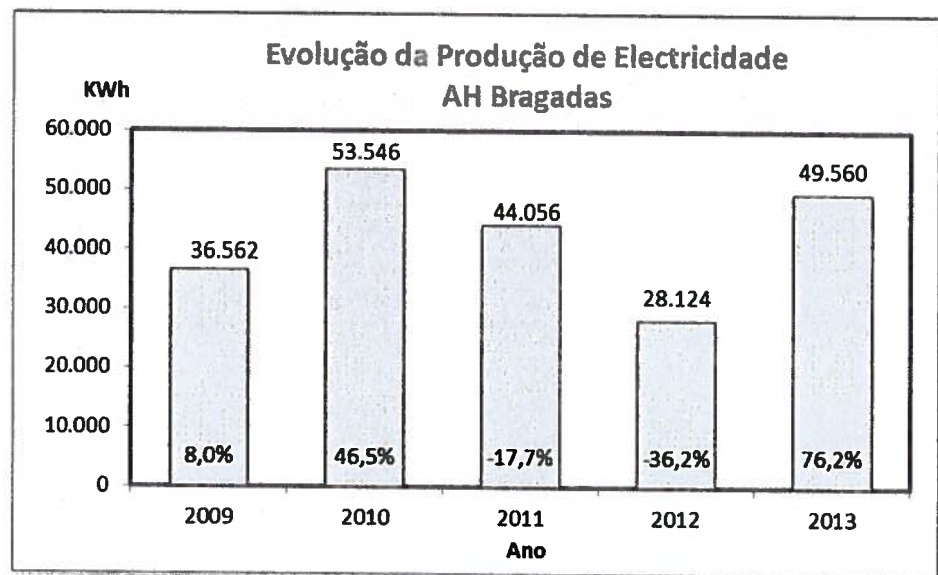
A atividade da sociedade em 2013 manteve como principal fonte de rendimentos a exploração industrial do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, (59,1%). Essa atividade e os ganhos em participadas decorrentes da utilização do MEP (30,4 %), que contribuíram de forma evidente para o desenvolvimento da empresa.

Das atividades da sociedade desenvolvidas no ano de 2013, merecem também menção especial, as previstas nos Contratos Programa celebrados com os Municípios acionistas. À já referida exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, acresceu a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvalá e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Empreendimento Eólico de Alvalá Lda.,
- Eólica da Padrela Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,

Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas

O Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas durante o ano de 2013 teve uma produção superior ao ano médio de 21,65%, correspondendo a um acréscimo em relação ao ano de 2012 de 76,2%.



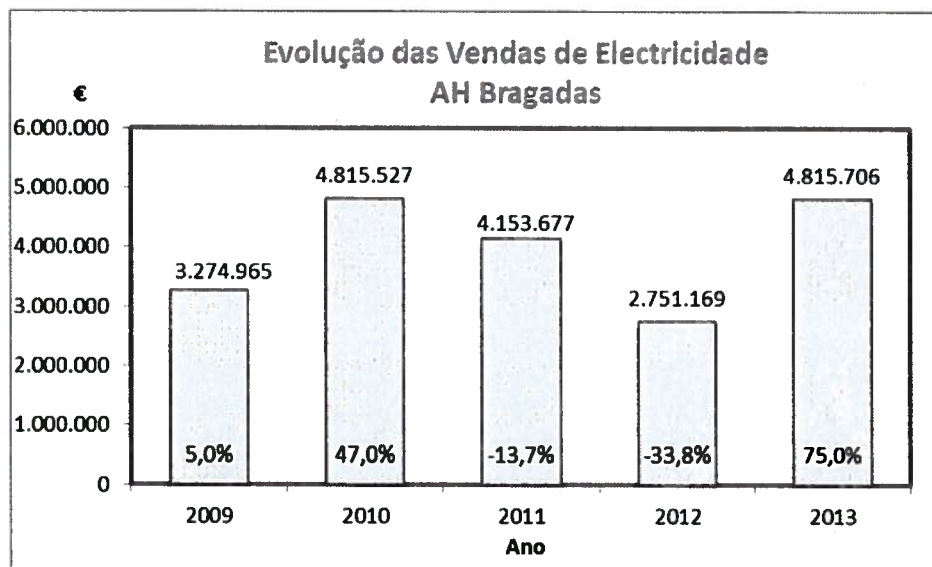
Aproveitamento Hidroelétrico de Alvadia

No âmbito do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia, empreendimento pertencente às Câmaras Municipais do Alto Tâmega, desenvolveram-se diversos trabalhos e tarefas relacionados com a sua gestão, controle do empreendimento, vistorias periódicas às obras e ao equipamento, elaboração de relatórios diários, análise do funcionamento dos equipamentos e registo de todas as operações de manutenção e de exploração.

Análise Económica e Financeira

Rendimentos

O exercício de 2013, à imagem de anos anteriores, foi fortemente influenciado pela exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, cuja faturação à EDP Distribuição SA, da venda de energia elétrica, se cifrou em **4.815.706,14 €**, mais 75% do que ano anterior (2.751.169,00 em 2012).



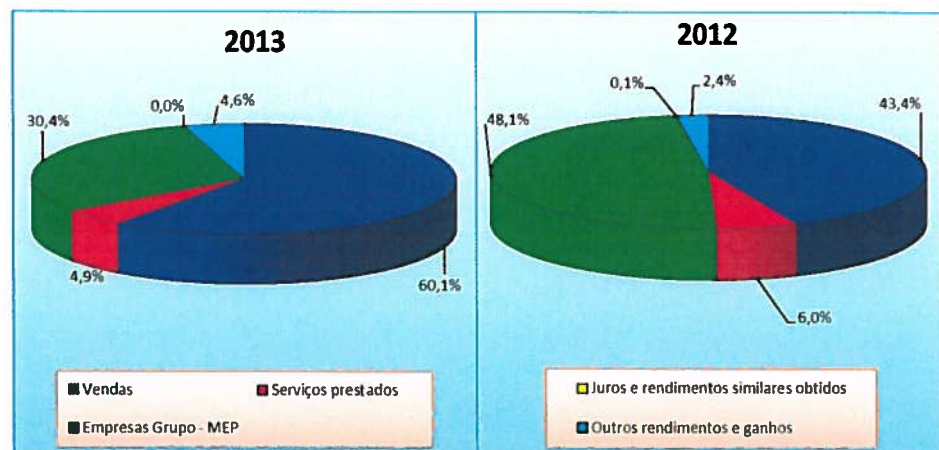
Como vimos também contribuíram para os ganhos deste exercício:

- os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvalá, à empresa participada EEA, e às empresas: Atberg, Padrela, Barroso, Atilho, Barbadães, Leiranco e Serra de Mairos atingiram 396.829 €, mais 4,19 % face ao ano anterior; o MEP correspondente à totalidade dos resultados gerados pela empresa participada EEA agora detida a 100% pela EHATB, em resultado da amortização das quotas correspondentes a 48% anteriormente detida pela Finerge, SA.;

- o reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante de 151.218 dos quais 5.678, resultam da fusão das empresas Eólica de Barbadães, Unipessoal Lda, Eólica do Leiranco, Unipessoal Lda e Eólica da Serra de Mairós, Unipessoal, Lda.
- os juros obtidos de depósitos bancários no montante de 1.879 €;

Neste termos os rendimentos globais da sociedade aumentaram 28.62% face ao exercício anterior, cifrando-se nos **8.149.065 €** (6.336.003 € em 2012).

Estrutura dos Rendimentos



Face ao aumento da faturação do A. H. de Bragadas e à diminuição do rendimento obtido das participadas (-18,76 %), a estrutura dos rendimentos, alterou-se em relação a 2012 passando o maior peso a advir da produção de eletricidade. Assim, e face período de 2012, as receitas provenientes da venda de energia elétrica do A. H. de Bragadas, Parque Eólico da Serra de Mairós I e II, Parque Eólico do Leiranco e Parque Eólico da Casa da Lagoa, registaram um peso relativo no total dos rendimentos de 60,1%, contra os 43,4%, do período anterior, e o ganho proveniente das sociedades participadas, cuja influência nos rendimentos da ECHATB tem

vindo a ser muito importante, registou um peso relativo de 30,4% contra os 48,1%, face ano anterior.

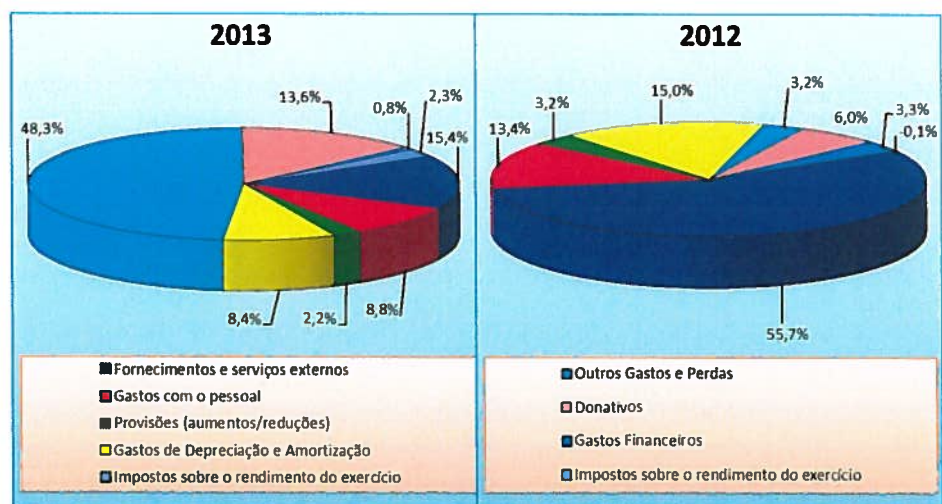
Gastos

Os gastos registados no exercício de 2013, no montante de **7.998.741 €**, traduzem os dispêndios associados quer á atividade de produção energética quer á satisfação dos objetivos traçados para os contratos programa.

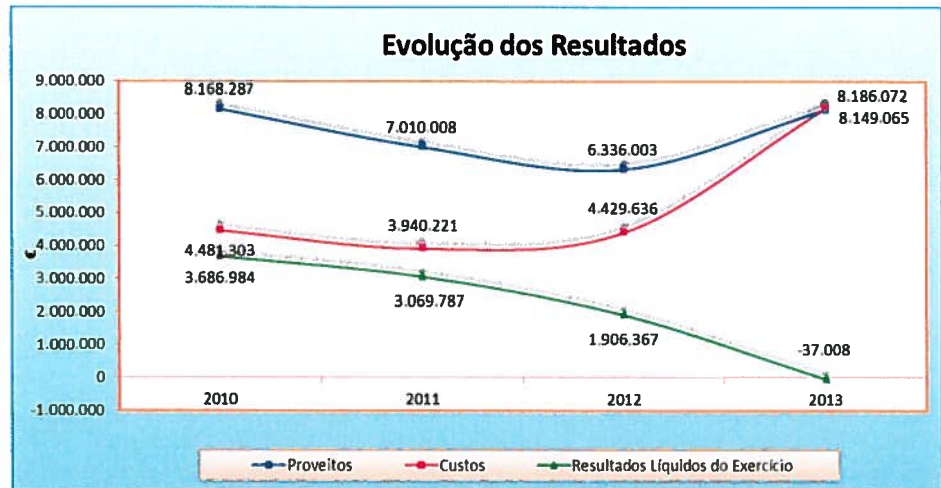
Tais gastos estão essencialmente ligados às seguintes rubricas: “FSE”, “Gastos com Pessoal”, “Provisões” e “Depreciações e Amortizações”.

Por outro lado a rubrica “Outros Gastos e Perdas” foi a que mais contribuiu para o total dos gastos tendo atingiu o valor de 5.074.121 € (63,4% do total dos gastos) para o que contribuíram as rubricas alienação de participações sociais, com 3.725.903 euros, e a rubrica donativos com 1.116.920 euros (+849.920 euros face a 2012).

Estrutura de Gastos



Resultados



Nestas circunstâncias, o resultado líquido do exercício, após impostos, tendo em conta os fatores acima mencionados, registaram um decréscimo acentuado face ao ano anterior, passando de 1.906.367 positivos para 37.008 negativos.

Indicadores Económicos e Financeiros

Realce para o facto de o exercício de 2013 constituir um período atípico, em resultado da reestruturação da empresa, principalmente no que diz respeito à eliminação dum conjunto de participações sociais, no entanto a EHATB, continua a apresentar indicadores económico-financeiros equilibrados.

A sociedade atingiu, em 2013, resultados antes de impostos positivos (150.323,99€), cumprindo com o disposto no artigo 40.º da Lei 50/ 2012.

Indicadores Económicos e Financeiros	2013	2012
Volume de Negócios	5.298.215	3.132.036
Free Cash Flow	1.819.632	-189.833
EBIT	217.166	2.044.357
<i>Margem EBIT: EBIT/Volume de Negócios</i>	4,1%	65,3%
EBITDA	901.143	2.710.537
<i>Margem EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios</i>	17,0%	86,5%
Fundo de Maneio (Working Capital): (Clientes+Ad. Fornecedores+Outras Contas a Pagar+Disponibilidades)-(Fornecedores+Ad. Vlientes +Outras contas a pagar)	2.953.671,47	1.489.185,48
Equilíbrio Financeiro (Art. 40.º Lei 50/2012)	150.324	1.901.748
Autonomia Financeira: <i>Capitais Próprios/Ativo</i>	58,7%	68,5%
Debt to Equity: <i>Total do Passivo/Capitais Próprios</i>	70,4%	46,1%
Solvabilidade: <i>Capitais Próprios/Passivo</i>	142,0%	217,0%
Ativo Não Corrente / Capitais Próprios	1,70	1,46
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	0,53	0,33
Liquidez Geral: <i>ativo Corrente/passivo corrente</i>	1,96	1,25
Liquidez Imediata: <i>Disponibilidades/passivo corrente</i>	1,20	0,37
Fundo de Maneio (Working Capital): (Clientes+Ad. Fornecedores+Outras Contas a Receber+Disponibilidades)-(Fornecedores+Ad. Vlientes +Outras contas a pagar)	2.953.671,47	1.489.185,48
Rentabilidade das Vendas: <i>RL/Vendas</i>	-0,7%	60,9%
Rentabilidade Operacional do Ativo: <i>EBIT/Ativo</i>	1,1%	8,8%
Rentabilidade Líquida do Ativo: <i>RL/Ativo</i>	-0,2%	8,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios: <i>RL/Capitais Próprios</i>	-0,3%	11,9%
Gastos com Pessoal / EBITDA	80,2%	21,9%
EBITDA / Encargos Financeiros Líquidos	324,9%	1433,5%

Participações Societárias

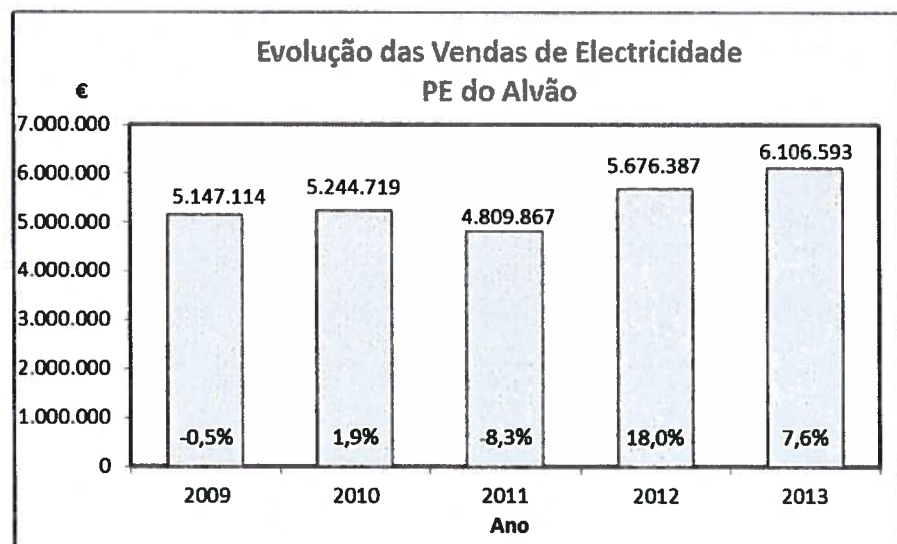
A Administração procurou ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios com vista à criação dos alicerces que permitiriam acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os acionistas.

Após todo o processo de reestruturação a que fomos aludindo ao longo deste relatório, a EHATB detém, agora apenas, uma participação de 100%

na sociedade EEA, prevendo-se a fusão desta última na primeira, no decorrer do próximo exercício.

- **Empreendimento Eólico de Alvia, Lda.**

A EEA, detém o Parque Eólico do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar de 22,8 MW de potência instalada, com 12 aerogeradores.



Evolução previsível da sociedade e factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

Como já foi referido, o cumprimento do disposto na lei 50/2012 teve e um impacto significativo na vida da sociedade. De fato, em particular com a alienação, a título gratuito de participações sociais detidas, a estrutura dos ativos e os capitais próprios agora apresentados sofreram enormes alterações neste exercício. Recordamos que a conta “investimentos financeiros” incluía o valor de 7.602.238 €, correspondente à totalidade das participações alienadas aos municípios acionistas.

Apesar disso, a empresa irá continuar com o desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração do Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, dos Parques Eólicos da Casa da Lagoa, do Leiranco e da Serra de Mairós, do Parque Eólico do Alvão, da gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvia e ainda da prestação de serviços de assessoria, às empresas agora detidas pelos Municípios o que assegurará a continuação de um desempenho rentável e o cumprimento dos contratos programa celebrados com os municípios acionistas.

Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do exercício traduziu-se num prejuízo de **37.007,90 €**, pelo que o Conselho de Administração, propõe a seguinte aplicação:

- **Resultados Transitados** - **37.007,90 €**

Notas Finais

De referir que, no exercício, não se registaram quaisquer operações sobre quotas próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do exercício não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009. Na sequência destas inspeções, a empresa foi notificada para fazer pagamentos, correspondentes às correções, em sede de IVA, efetuadas pelos Serviços de Inspeção Tributária aos exercícios acima referidos.

De salientar que a Empresa entendeu que as correções efetuadas não tinham fundamento, tendo impugnado judicialmente estas correções, tendo, embora, procedido ao seu pagamento.

Considerando a evolução dos processos de reclamação, por cautela, foram constituídas provisões nos montantes correspondentes aos valores já pagos.

O Conselho de Administração da EHATB, entende que estas e eventuais revisões e correções das declarações fiscais dos exercícios em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.

Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração prestada;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 07 de Abril de 2014

O Conselho de Administração



Rui Manuel Vaz Alves



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



Manuel Orlando Fernandes Alves



Handwritten signature/initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-dez-2013	31-dez-2012
Vendas e serviços prestados	5	5.298.215,02	3.132.036,45
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1.558,61	-601,77
Fornecimentos e serviços externos	7	-1.263.989,13	-2.473.853,10
Gastos com o pessoal	8	-722.876,99	-593.437,62
Provisões (aumentos/reduções)	9	-183.497,40	-143.944,09
Outros rendimentos e ganhos	10	2.848.971,02	3.199.506,99
Outros gastos e perdas	11	-5.074.121,17	-409.170,03
EBITDA:Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		901.142,74	2.710.536,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 E 15	-683.976,68	-666.179,40
EBIT:Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		217.166,06	2.044.357,43
Juros e rendimentos similares obtidos	12	1.878,52	4.459,85
Juros e gastos similares suportados		-68.720,59	-147.069,67
Resultado antes de impostos		150.323,99	1.901.747,61
Imposto sobre o rendimento do período	13.1	-218.763,76	-25.246,85
Imposto Diferido	13.2	31.431,87	29.866,39
Resultado Líquido do período		-37.007,90	1.906.367,15

Handwritten signature in blue ink.



Empreendimentos Hidroelétricos
do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA

Julian

BALANÇO			
ACTIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-dez-2013	31-dez-2012
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2-A; 14	4.066.293,39	436.389,84
Activos intangíveis	3.2-B; 15	4.847.443,75	5.432.507,26
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		5.819.212,51	13.209.243,08
Participações financeiras - outros métodos	3.2-C; 16		714.474,54
Outros activos financeiros			1.107.594,29
Activos por impostos diferidos	17	20.523,88	13.036,97
SOMA		14.753.473,53	20.913.245,98
Activo corrente			
Inventários	6	30.683,80	19.990,29
Clientes	18	40.434,65	746.015,42
Estado e outros entes públicos	25	51.292,40	14.622,92
Accionistas/sócios	21		5.967,64
Outras contas a receber	19	971.946,48	381.474,32
Diferimentos	20	513.710,11	524.930,34
Caixa e depósitos bancários	4	2.538.106,61	718.474,54
SOMA		4.146.174,05	2.411.475,47
TOTAL DO ACTIVO		18.899.647,58	23.324.721,45
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		900.000,00	900.000,00
Reservas legais	21.1	1.118.811,18	1.118.811,18
Outras reservas	21.2	1.145.786,29	130.243,08
Resultados transitados	21.3	3.212.676,02	3.811.095,94
Ajustamentos em activos financeiros	21.4	2.603.897,17	6.457.597,35
Outras variações no capital próprio	21.5	2.146.567,39	1.642.455,98
SOMA		11.127.738,05	14.060.203,53
Resultado líquido do período		-37.007,90	1.906.367,15
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		11.090.730,15	15.966.570,68
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	9	327.441,49	143.944,09
Financiamentos obtidos	22	4.511.435,38	4.293.999,33
Passivos por impostos diferidos	17	715.522,44	547.485,32
Outras contas a pagar	23	140.053,00	450.750,00
SOMA		5.694.452,31	5.436.178,74
Passivo corrente			
Fornecedores	24	172.874,05	152.654,81
Estado e outros entes públicos	25	464.087,63	231.448,38
Accionistas/sócios			451.737,00
Financiamentos obtidos	22	1.344.774,80	960.801,42
Outras contas a pagar	26	132.728,64	125.330,42
TOTAL DO PASSIVO		7.808.917,43	7.358.150,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		18.899.647,58	23.324.721,45

Albuquerque

**EHA TB**Empreendimentos Hidroelétricos
do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA*Quitar*

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores de capital							Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas Legais	Outros Reservas	Resultados Transitados	Ajust. Em Activos Financeiros	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012 (A)	900.000,00	1.118.811,18	130.243,08	3.811.095,94	6.457.597,35	1.642.455,98	1.906.367,15	15.966.570,68
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos				-36.384,88		-46.431,60		-82.816,48
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			1.015.543,21	-562.035,04	-3.853.700,18	550.543,01	-1.906.367,15	-4.756.016,15
(B)	0,00	0,00	1.015.543,21	-598.419,92	-3.853.700,18	504.111,41	-1.906.367,15	-4.838.832,63
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (C)							-37.007,90	-37.007,90
RESULTADO INTEGRAL (D) (D=B+C)							-1.943.375,05	-37.007,90
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições								0,00
(E)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FINAL DO PERÍODO (F) (F=A+B+C+E)	900.000,00	1.118.811,18	1.145.786,29	3.212.676,02	2.603.897,17	2.146.567,39	-37.007,90	11.090.730,15

Phonofago

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-dez-2013	31-dez-2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	6.689.402,14	3.866.969,10
Pagamentos a fornecedores	-1.716.040,32	-2.435.133,66
Pagamentos ao pessoal	-686.412,23	-530.505,35
Caixa gerada pelas operações	4.286.949,59	901.330,09
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	65.174,21	-280.860,68
Outros recebimentos/pagamentos	-2.303.475,97	-991.577,09
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	2.048.647,83	-371.107,68
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-61.618,64	-30.772,18
Investimentos financeiros	-2.525,18	-11.655,92
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Intangíveis		16.514,71
Investimentos Financeiros	406.772,35	
Juros e rendimentos similares	1.318,14	1.936,52
Dividendos	914.405,77	1.846.624,10
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	1.258.352,44	1.822.647,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-961.827,69	-986.894,39
Juros e gastos similares	-73.803,48	-158.515,19
Dividendos	-451.737,00	-495.963,06
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	-1.487.368,17	-1.641.372,64
Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	1.819.632,10	-189.833,09
Caixa e seus equivalentes no início do período	718.474,54	908.307,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.538.106,64	718.474,54

Fluorolapa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 – Designação Da Entidade

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de Julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, ao abrigo do artigo 19º da lei 50/2012 de 31 de Agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

h

2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, estas demonstrações financeiras intercalares foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2013 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

3 — Principais Políticas Contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, e descritas nas respetivas notas anexas.

3.2 - Principais Políticas Contabilísticas Adotadas Na Preparação Das Demonstrações Financeiras

A - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha reta e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica ‘Perdas por Imparidade’ da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

B – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contractos de Concessão de Serviços.

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contractos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, sendo aplicável o “*Modelo de Ativo Intangível*”.

C - Investimentos Financeiros

As participações financeiras nas quais o grupo detenha mais de 20% dos direitos de voto, em Assembleia Geral de acionistas/Sócios e/ou detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, encontram-se valorizadas pelo *Método da Equivalência Patrimonial*, em conformidade com a NCRF Nº 13. De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido

pela diferença entre esse custo e a proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método por contrapartida de capitais próprios, na rubrica “Ajustamentos em Ativos Financeiros”. Adicionalmente, as participações financeiras são periodicamente ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas, ou por outras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiras ou de ajustamentos em ativos financeiros. Os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As participações financeiras em empresas nas quais o grupo detenha menos de 20% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas/Sócios e/ou não detenha o poder de controlar ou influenciar significativamente as suas políticas financeiras e operacionais, encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição. Os rendimentos resultantes destas participações financeiras são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

D – Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

D₁ - Clientes e Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são mensurados pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

D₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os

investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contractos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

D₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do

período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

D4 - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação incorridos, quando relevantes.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contractos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

E - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo, "especialização dos exercícios". As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Pagar", "Outras Contas a Receber" e/ ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes", "Outros ativos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas

ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

F - Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

G - Subsídios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os Subsídios ao investimento não reembolsáveis, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos relacionados com os subsídios do Governo.

H - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas “IRC”, cuja taxa atual é de 25%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos cinco períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75 % do respetivo lucro tributável

É convicção da Administração, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

I – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

J - Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.

K – Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

L – Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 – Reorganização da Estrutura da Empresa

O novo regime jurídico do sector empresarial local previsto na lei 50/2012, de 31 de agosto, com o objetivo de acabar com a "segunda linha" de participações sociais detidas por empresas locais, veio consagrar para o futuro, conforme dispõe o artigo 38º, a proibição destas empresas, como é o caso da EHATB, de constituírem ou adquirirem quaisquer participações em sociedades comerciais, ferindo de nulidade os atos e contratos praticados ou celebrados em sua violação, e, relativamente às participações detidas à data da publicação da lei pelas mesmas empresas, estipulou o artigo 68º a adoção de duas soluções alternativas: a dissolução das respetivas sociedades ou a sua alienação, que poderá ser a título gratuita, se o adquirente for alguma das entidades públicas titulares dessas participações.

Para além destas soluções, a lei permite ainda, no que respeita às empresas locais, proceder à sua fusão, à sua integração em serviços municipalizados ou à internalização nos serviços das entidades públicas participantes da respetiva atividade, conforme dispõem os artigos 64º e 65º.

Nestas circunstâncias, em 2013, foram já executadas as seguintes operações:

- A. Alienação, a título gratuito, aos acionistas, a participação social detida pela empresa nas sociedades: **Municípi**a-Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A.; **Marc**-Mercado Abastecedor da Região de Chaves, S.A; **Resinorte** – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.; **Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro**, S.A.; **Eólica de Atilhó**, Lda.; **Eólica da Padrela**, Lda.; **Eólica do Barroso**, Lda.; **Atberg**-Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda, Empreendimento Eólico de **Viade**, Lda. **Eólica da Serra das Alturas**, SA e **Eólica de Montenegro**, SA.
- B. Alienação, a terceiros, a participação social detida pela empresa nas sociedades **“Dourogás** Propano - Companhia Comercializadora de Propano, S.A”, **“Sonorgás** - Sociedade de Gás do Norte, S.A” e **“Probiomass** - Biomassa, LDA”;
- C. Dissolução das empresas **“Hidrolouredo** - Hidroelétrica do Louredo, Unipessoal Lda.”, **“Hidroelétrica de Daivões**, Unipessoal, Lda.” e **“Hidrocentrais de Mosteirão**, S.A”;
- D. Fusão, por incorporação, das sociedades **EHATB**-Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A (sociedade incorporante), e **Eólica de Barbadães**, Unipessoal, Lda, **Eólica do Leiranco**, Unipessoal, Lda, **Eólica da Serra de Mairos**, Unipessoal, Lda. (sociedades incorporadas).
- E. Procedeu-se ainda à amortização na **EEA-Empreendimento Eólico de Alvadia, Lda**, das duas quotas nela detidas pela Finerge-Gestão de Projectos, Sa, com redução do Capital. Esta operação permitiu que a EEA, Lda. passe a ser detida a 100% pela EHATB,EIM,SA e, assim possibilitar a sua incorporação, por fusão, já no exercício de 2014.

Todas estas operações foram já vertidas nas demonstrações financeiras em apreço, o que justifica várias alterações na estrutura de balanço agora apresentado.

3.4 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efetuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adotados pela Empresa.

Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

4 — Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses).

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

Disponibilidades	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Caixa	231,71	9,13
Numerário	231,71	9,13
Depósitos bancários	2.537.874,90	718.465,41
Depósitos à ordem	2.473.974,90	273.465,41
Outros depósitos bancários	63.900,00	445.000,00
Caixa e depósitos bancários	2.538.106,61	718.474,54

5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos em análise, foi o seguinte:

Volume de Negócios	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Vendas	4.901.385,78	2.751.168,99
Prestação de Serviços	396.829,24	380.867,46
Total	5.298.215,02	3.132.036,45

As vendas compreendem os montantes faturados na venda de eletricidade à "EDP". As prestações de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

6 – Custo das Matérias Consumidas

O apuramento desta rubrica resulta do seguinte:

Custo das Matérias Consumidas	31-12-2013	31-12-2012
Inventários Iniciais	19.990,29	18.179,80
Compras	176,40	2.412,26
Inventários transferidos das empresas incorporadas	12.075,72	
Inventários Finais	30.683,80	19.990,29
CMVMC	1.558,61	601,77

Em resultado da fusão por incorporação na EHATB, foram integrados, os inventários a saber:

Empresa	Valor
Eólica da Serra de Mairós	5.886,66
Eólica de Barbadães	2.951,00
Eólica do Leiranco	3.238,06
	12.075,72

7 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" no período em análise é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Subcontratos	413.799,81	1.493.094,98
Serviços Especializados	255.901,31	442.806,51
Auditoria	20.150,00	56.642,00
Assessoria Técnica	6.150,00	1.445,25
Consultoria	65.982,86	24.292,50
Publicidade e propaganda	56.284,27	79.603,43
Honorários	34.215,52	64.663,31
Conservação e reparação	52.566,83	202.502,78
Outros		13.657,24
Informática	12.326,33	13.200,16
Outros	8.225,50	457,08
 Materiais	9.857,69	13.139,80
Energia e Flúidos	44.391,29	58.104,65
Deslocações e Estadas	3.282,35	19.903,47
Serviços Diversos	536.756,68	446.803,69
Rendas e alugueres	350.486,71	292.023,69
Comunicação	30.022,72	29.782,46
Seguros	60.441,07	73.300,54
Despesas de Representação	59.027,09	32.646,69
Outros	36.779,09	19.050,31
Total FSE	1.263.989,13	2.473.853,10

8 – Gastos com o Pessoal

Gastos com Pessoal	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Remunerações	549.756,81	451.942,97
Encargos sobre remunerações	121.800,04	99.368,74
Seguros de acidentes no trabalho	49.150,90	3.848,89
Outros gastos com o pessoal	2.169,24	38.277,02
Total	722.876,99	593.437,62

	31-dez-13	31-dez-12
Número médio de empregados	26	27
Número de empregados no final do ano	26	27

9 – Provisões e Reversões do Período

Provisões	31-12-2012	Reforço	31-12-2013
Processos Judiciais em Curso	143.944,09	183.497,40	327.441,49
Total	143.944,09	183.497,40	183.497,40

Em resultado de uma ação inspetiva tributária, foram efetuados ajustamentos pela Administração Tributária, em sede de IVA, ao exercício de 2009, no montante de € 183.497,40,

Apesar de não ser considerado adequado tal ajustamento, face ao ambiente fiscal e orçamental que se atravessa, considerou-se prudente o reforço da provisão existente por forma a cobrir a totalidade do risco.

10 – Outros Rendimentos e Ganhos

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Empresas Participadas - MEP	2.477.342,21	3.049.573,75
Subsídios ao Investimento	151.217,89	145.539,52
Outros	220.410,92	4.393,72
Total	2.848.971,02	3.199.506,99

O valor registado em “Empresas Subsidiárias - MEP” corresponde à totalidade dos resultados gerados pela empresa participada EEA – Empreendimento Eólico de Alvadia, EIM, Lda. agora detida a 100% pela EHATB, em resultado da amortização da quota de 48% anteriormente detida pela Finerge, SA. (nota 3.3 acima)

O valor registado em “Subsídios ao Investimento” refere-se ao reconhecimento em resultados do período dos subsídios ao investimento recebidos.

A rubrica “Outros” inclui, entre outros, os dividendos recebidos das então participadas “Resinorte; Dourogás e Sonorgás”, nos montantes de 207.992 €, 2.526,63 e 6.295,75 respetivamente.

11 – Outros Gastos e Perdas

No período em análise, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Outros Gastos e Perdas	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Impostos	150.233,34	12.317,51
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	3.725.903,03	76.736,88
Donativos	1.116.920,00	267.000,00
Quotizações	4.739,00	4.739,00
Protocolos	31.350,00	31.350,00
Insuficiência de Estimativa para Impostos	42.026,68	86,25
Outros	2.949,12	16.940,39
Total	5.074.121,17	409.170,03

A rubrica “ Donativos” inclui os donativos que, por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.

A rubrica “Gastos e perdas em subsidiárias e associadas” expressa os resultados obtidos pela alienação e dissolução de participações financeiras, a saber:

Participações Financeiras	Perda
Alienadas aos Municípios	3.621.949,19
Dissolvidas	97.298,94
Alienadas a Terceiros	6.654,90
Total	3.725.903,03

12 – Rendimentos e Gastos Financeiros

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Rendimentos e Gastos Financeiros	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Rendimentos e Ganhos Financeiros	1.878,52	4.459,85
De depósitos Bancários	1.600,14	2.582,03
De financiamentos Concedidos a Subsidiárias	278,38	648,87
Outros		1.228,95
Gastos e Perdas Financeiros	68.720,59	147.069,67
De Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	55.094,73	122.796,47
De Juros de Contratos de Locação Financeira		926,76
De Outros Encargos Financeiros	13.625,86	23.346,44
Resultado Financeiro	-66.842,07	-142.609,82

Os rendimentos e ganhos financeiros, incluem os juros obtidos decorrentes de aplicações financeiras.

Os gastos e perdas financeiros incluem os juros, comissões, imposto de selo e outros gastos, afetos aos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

13 – Imposto Sobre o Rendimento do Período

13.1 – Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:

Reconciliação do Imposto Estimado	PERÍODOS	
	31-Dez-2013	31-Dez-2012
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	150.323,14	1.901.747,61
Variações patrimoniais negativas	-26.073,95	-26.073,95
Acréscimos à matéria coletável	2.611.606,07	236.116,37
Deduções à matéria coletável	-3.445.131,76	-3.156.048,75
Matéria Coletável	-	-
Imposto (25%)	-	-
Resultado da liquidação	191.781,34	-
Imposto Corrente	191.781,34	0,00
Tributação autónoma	26.982,42	25.246,85
Imposto sobre o Rendimento do Período	218.763,76	25.246,86

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC (coleta), com subsequente dedução e acréscimo de determinados valores decorrentes da Lei (e.g. anulação dos efeitos do MEP por dedução ou acréscimo à coleta, majoração de donativos etc.), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, com viaturas ligeiras de passageiros (20%), despesas de representação (10%), e ajudas de custo e compensação por utilização de viatura própria, (5%). Neste período, estas taxas, sofreram um agravamento de 10 pontos percentuais, em cumprimento do nº. 14 do mencionado artigo, que determina que: *“as taxas de tributação autónoma são elevadas em 10 pontos percentuais quanto aos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal no período de*

tributação a que respeitem quaisquer dos factos tributários referidos nos números anteriores”

Nos termos do artigo 92º do CIRC, a coleta do IRC, líquida das deduções relacionadas com benefícios fiscais, nunca poderá resultar inferior a 90% do valor que resultaria se o sujeito passivo não usufrísse desses benefícios. A aplicação deste artigo, pretende limitar o efeito de determinados benefícios fiscais (donativos) no apuramento do IRC liquidado, por forma a que se não possa apurar uma taxa efetiva de tributação inferior a 22,5% (0.9*25%). No caso da EHATB, tais ajustamentos afiguram-se relevantes, tendo o valor do resultado da liquidação, pela aplicação do artigo 92º, ascendido a 191.781,34 €.

13.2 — Reconciliação dos Impostos Diferidos

No final do período em análise, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

Impostos Diferidos	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Amortizações não aceites fiscalmente	-145,88	
Desreconhecimento de ativos na transição	6.518,49	6.518,49
Impostos Diferidos Ativos	6.372,61	6.518,49
Em Subsídios	-37.804,48	-36.384,88
Impostos Diferidos Passivos	-37.804,48	-36.384,88
Total	-31.431,87	-29.866,39

13.3 – A reconciliação da taxa efetiva de IRC, nos períodos em análise, é analisada como segue:

Reconciliação da Taxa Efetiva Do Imposto	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Resultado Antes de Impostos	150.323,14	1.901.747,61
Matéria Coletável (Após regularizações)	-	-
Imposto Corrente	191.781,34	0,00
Impostos Diferidos	-31.431,87	-29.866,39
Imposto sobre o Rendimento do Período	160.349,47	-29.866,39
Tributações Autônomas	26.982,42	25.246,85
Taxa Efetiva de Imposto	124,62%	0,24%

14 – Ativos Fixos Tangíveis

No final do período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-dez-2012	Aquisições	Transferências e Abates	Saldo Final 31-dez-2013
Terrenos	59.183,03			59.183,03
Edifícios	400.732,07	1.232.013,14		1.632.745,21
Equip. básico	102.184,30	4.841.294,57		4.943.478,87
Equip. transporte	148.663,00	6.765,00		155.428,00
Equip. administrativo	239.569,49	8.877,66		248.447,15
Outros Ativos Fixos Tangíveis	163.966,73	44.198,82	105.966,44	314.131,99
Outros Ativos Fixos Tangíveis-Leasing	105.966,44		-105.966,44	0,00
Total	1.220.265,06	6.133.149,19	0,00	7.353.414,25

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo Inicial 31-dez-2012	Depreciações no Período	Transferências e Abates	Saldo Final 31-dez-2013
Terrenos	0,00			0,00
Edifícios	125.923,24	18.433,52	487.671,94	632.028,70
Equip. básico	102.073,12	20.283,13	1.916.345,77	2.038.702,02
Equip. transporte	126.838,00	8.966,25		135.804,25
Equip. administrativo	228.848,35	6.729,82	1.934,76	237.512,93
Outros	129.576,47	42.880,45	70.616,04	243.072,96
Outros - Leasing	70.616,04		-70.616,04	0,00
Total	783.875,22	97.293,17	2.405.952,47	3.287.120,86

Ativo Líquido	Saldo Inicial 31-dez-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-dez-2013
Ativo Fixo Tangível	436.389,84	6.133.149,19	2.503.245,64	4.066.293,39
Total	436.389,84	6.133.149,19	2.503.245,64	4.066.293,39

Como vimos, ponto 3 acima, a sociedade. EHATB, EIM, SA, que detinha 100% do capital da Eólica da Serra de Mairos, Unipessoal, Lda, da Eólica do Leiranco Unipessoal, Lda. e Eólica de Barbadães Unipessoal, Lda., constituiu-se como sociedade incorporante no processo de fusão, mediante a transferência global do património detido pelas mencionadas sociedades para a EHATB, EIM, SA. (sociedade incorporante), nos termos do artigo 116º do Código das Sociedades Comerciais (incorporação de sociedade detida pelo menos a 90% por outra).

Do ponto de vista contabilístico, as operações das sociedades incorporadas foram efetuadas por conta desta, sociedade incorporante, a partir da data de inscrição definitiva da fusão no registo comercial, o qual ocorreu no dia 9 de Dezembro de 2013.

Assim, os ativos das empresas incorporadas foram integrados na EHATB, do que resultou um aumento do ativo líquido no montante de euros 3.629.903,55.

Em resultado desta fusão, a rubrica “edifícios” integra, agora, os edifícios e outras construções necessárias à implantação dos Parques Eólicos da Serra de Mairos, do Leiranco e da Casa da Lagoa, acrescidos do valor estimado dos correspondentes gastos de desmantelamento. A rubrica “equipamento básico” integra agora também o Equipamento Básico (Geradores Eólicos) associados.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local, foram incluídos no custo do ativo relacionado. O custo total, por simplificação, foi estimado ao valor corrente no montante de 74.207 euros, para o parque eólico da Serra de Mairós, e o montante de 32.923 euros, para cada um dos parques do Leiranco e da Casa da Lagoa, a que foi acrescido ao custo de construção das instalações sendo depreciado da mesma forma que o resto das instalações.

Em contrapartida, foi reconhecido um passivo, porque claramente definida a obrigação, no mesmo montante, que será utilizado apenas quando os custos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.

14.1 - Investimentos Implantados em propriedade Alheia

De referir que cada um destes parques Eólicos se encontra implantado em terrenos baldios, pertencentes às juntas de freguesia da jurisdição da mesma, por esta explorados, ou explorados por conselhos diretivos ou associações de compartes, da mesma jurisdição.

Assim:

O Parque Eólico da Serra de Mairós encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Mairós, a qual, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, celebrado em 01 de Julho de 2002 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico.

Por contrato de cessão de posição contratual, de 5 de Abril de 2005, ao abrigo da cláusula décima segunda do mesmo contrato, os “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” cederam a sua posição à empresa Eólica da Serra de Mairós,

Unipessoal Lda. para instalação dos parques eólicos de Mairós I e II., e que, pela fusão, agora retomam.

O Parque Eólico Leiranco encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à junta de Freguesia de Sapiãos, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de Julho de 2001 cedeu ao “Município de Boticas” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico.

Por contrato de cessão de posição contratual, de 26 de Junho de 2002, ao abrigo da cláusula décima segunda do mesmo contrato, o “Município de Boticas” cedeu a sua posição à empresa “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso” que por sua vez cedeu a mesma, ao abrigo da cláusula decima segunda, à Eólica do Leiranco para instalação do Parque Eólico do Leiranco e que, pela fusão, agora retomam.

O Parque Eólico da Casa da Lagoa encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Associação de Compartes de Barbadães de Baixo, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de Julho de 2001 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a instalação de um parque eólico.

Por contrato de cessão de posição contratual, de 5 de Abril de 2005, ao abrigo da cláusula décima do mesmo contrato, a “EHATB, S.A.” cedeu a sua posição à empresa “Eólica de Barbadães, Lda.” para instalação do parque eólico da Casa da Lagoa, e que, pela fusão, agora retomam.

Estes contratos, celebrado por três anos, são prorrogados automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

15 - Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-dez-2012	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-dez-2013
Programas computador		1.620,00		1.620,00
Propriedade industrial	13.100.519,08			13.100.519,08
Total	13.100.519,08	1.620,00	0,00	13.102.139,08

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-dez-2012	Amortizações no Período	Transferências e Abates	Saldo Final 31-dez-2013
Programas computador		539,95		539,95
Propriedade industrial	7.668.011,82	586.143,56		8.254.155,38
Total	7.668.011,82	586.143,56	0,00	8.254.695,33

Ativo Líquido	Saldo Inicial 31-dez-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-dez-2013
Programas computador		1.620,00	539,95	1.080,05
Propriedade Industrial	5.432.507,26		586.143,56	4.846.363,70
Total	5.432.507,26	1.620,00	586.683,51	4.847.443,75

16 - Participações Financeiras

Atento o relato das operações referidas no ponto 3.3 do presente anexo, a rubrica “Investimentos Financeiros” apresenta a seguinte evolução:

Participações Financeiras	Saldo em 31-dez-2012	Diminuições	Aumentos	Saldo em 31-dez-2013
Método de Equivalência Patrimonial	13.209.243,08	9.867.372,78	2.477.342,21	5.819.212,51
Método do Custo	714.474,54	714.474,54		0,00
Outros Ativos Financeiros	1.107.594,29	1.107.594,29		0,00
Total	15.072.585,91	11.689.441,61	2.477.342,21	5.819.212,51

16.1 - Participações Alienadas Aos Municípios

O processo de alienação das participações, a título gratuito, para os Municípios foi concluído em 19 de Dezembro de 2013. A transmissão dessas participações provocou, obviamente, uma diminuição, na rubrica “Participações Financeiras – método da equivalência patrimonial”, no montante de € 7.602.238,49, e uma diminuição nas diferentes rubricas de “Capitais Próprios” no montante de € 3.980.289,30, a saber:

Investimentos Financeiros Alienados aos Municípios	Data da Entrada no Capital	%	Desreconhecimento de Ativos	
			Investimentos Financeiros	Nos Capitais Próprios
Método de Equivalência Patrimonial				
E. Atilhó, Lda	01-03-2004	50,00%	206.596,51	-126.762,61
ATBERG, Lda.	04-06-2001	40,00%	1.316.698,69	-244.302,50
E. Padrela Lda	26-02-2002	40,00%	101.202,61	-80.659,52
E. Barroso, Lda.	26-02-2002	40,00%	102.202,81	-79.978,51
Serra das Alturas, Sa	13-02-2004	49,90%	1.592.001,35	-976.814,83
Montenegrofo, SA	17-07-2007	49,90%	3.506.870,47	-2.439.178,37
Viade, Lda	23-11-2007	20,00%	81.358,40	-32.592,96
TOTAL			6.906.930,84	-3.980.289,30
Método do Custo				
Águas TMAD	06-10-2001	1,60%	448.918,00	
Marc	10-12-2007	2,00%	12.000,00	
Municípiã	29-04-2008	0,15%	7.397,65	
Resinorte	09-09-2000	2,84%	226.992,00	
TOTAL			695.307,65	
			7.602.238,49	-3.980.289,30

Em resultado desta operação a EHATB, EIM, SA registou na rubrica “Gastos e perdas em subsidiárias e associadas” uma perda no montante de € 3.621.949,19.

16.2 – Participações Alienadas A Terceiros

Foram alienadas a terceiros as seguintes participações:

Investimentos Financeiros Alienados a Terceiros	Data da Entrada no Capital	%	Desreconhecimento de Ativos	
			Investimentos Financeiros	Valor de Realização
Probiomassa, Lda	04-07-2008	15%	750,00	751,00
Dourogás, SA	15-01-2008	0,63%	9.583,45	6.256,00
Sonorgás, SA	15-01-2008	0,21%	9.583,44	6.256,00
Total			19.916,89	13.263,00

A alienação destas participações resultou numa menos valia no montante de € 6.653,89.

16.3 – Participações Dissolvidas

Foram objeto de dissoluções as seguintes Empresas:

Participações Dissolvidas	Data da Entrada no Capital	%	Desreconhecimento de Ativos	
			Investimentos Financeiros	Nos Capitais Próprios
Metodo de Equivalência Patrimonial			116.518,27	23.971,46
Hidrolouredo	11-11-1999	100	5.419,17	23.745,38
Mosteirão	03-08-2007	20	111.099,10	226,08
Investimentos em Curso			530.394,29	0,00
A. H. de Daivões	01-02-2006	100	530.394,29	
Total			646.912,56	23.971,46

Relativamente à “Eólica de Mosteirão, SA.” está, ainda, a decorrer o processo formal de dissolução. Uma vez que não está concluída a operação, transferimos o valor registado em “Investimentos Financeiros” para a conta de terceiros “Outros Devedores e Credores”.

16.4 – Participações Fundidas

Tornou-se efetiva a fusão na EHATB, através do seu registo definitivo na conservatória do registo comercial de Ribeira de Pena, em 9 de Dezembro de 2013, das empresas a saber:

Participações Financeiras Fundidas	Data da Entrada no Capital	%	Desreconhecimento de Ativos	
			Investimentos Financeiros	Capitais próprios
E. Serra de Mairos	01-03-2004	100%	1.194.141,74	830.978,94
E. Leiranco, Lda	01-03-2004	100%	331.351,88	277.675,19
E. Barbadães, Lda	01-03-2004	100%	305.000,95	248.422,85
Total			1.830.494,57	1.357.076,98

16.5 – Amortização de Quota

Tornou-se efetiva a amortização das quotas detidas pela Finerge na EEA, com a competente redução do capital, através do seu registo no Cartório Notarial de Competência Especializada no Porto, em 19 de dezembro de 2013. O registo contabilístico dessa deliberação provocou uma diminuição, na rubrica “Participações Financeiras – método da equivalência patrimonial”, no montante de € 1.007.287,98, e uma diminuição nas diferentes rubricas de “Capitais Próprios” no mesmo montante.

Pretende-se, agora, satisfazer as restantes condições para se proceder à fusão, por incorporação da totalidade do seu património, na sociedade EHATB, EIM, S.A., o que se prevê venha a acontecer no decorrer de 2014.

17 – Impostos Diferidos

Impostos Diferidos	Saldo em 31-Dez-2012	Varição no Período	Saldo em 31-Dez-2013
Reconhecimento de amortizações não aceites fiscalmente		14.005,42	14.005,42
Desreconhecimento de ativos na transição	13.036,97	-6.518,49	6.518,48
Impostos Diferidos Ativos	13.036,97	7.486,93	20.523,90
Em Subsídios	547.485,32	168.037,12	715.522,44
Impostos Diferidos Passivos	547.485,32	168.037,12	715.522,44
Total	534.448,35	160.550,19	694.998,54

18 – Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes" no período em análise é o seguinte:

Clientes	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Clientes Gerais	18.024,02	665.167,60
Empresas Subsidiárias	22.410,63	66.234,99
Empresas Associadas		14.612,83
Total	40.434,65	746.015,42

19 - Outras Contas a Receber

Outras Contas a Receber	31-Dez-2012	31-Dez-2012
EDP	510.509,74	
Estado - Inspeção	321.220,15	263.774,64
Devedores P/ Acrescimo de Rendimentos	20.347,83	115.000,00
Adiantamentos ao Pessoal - Seg. Saúde	1.320,42	2.042,41
Outros Devedores Diversos	118.548,34	657,27
Total	971.946,48	387.441,96

A rubrica “Outras Contas a Receber” inclui o valor pago à Administração Fiscal em resultado da ação inspetiva externa, em sede de IVA, efetuada aos exercícios de 2008 e 2009, que de acordo com a A. T. foi deduzido indevidamente. Desta decisão, e após o indeferimento da reclamação graciosa apresentada, o Conselho de Administração decidiu interpor recurso judicial.

A rubrica “Outros Devedores Diversos” inclui o montante de 111.325,18 euros em resultado de desreconhecimento do ativo financeiros associado à participação detida na Eólica de Mosteiro, em processo de dissolução, conforme explicitado na nota 16.3 acima.

20 - Diferimentos

Gastos a Reconhecer	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Seguros	30.374,53	48.039,18
Protocolo de Contrapartidas	399.014,00	430.364,00
Contratos cessão de exploração	24.250,00	43.750,49
Outros	60.071,24	2.776,67
Total	513.709,77	524.930,34

- a) Em “Protocolos de contrapartidas” estão contabilizados valores a reconhecer em gasto dos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras, atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da atividade de produção de energia conforme contratos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroeléctrico de Bragadas.
- b) Em “Contratos de cessão de exploração” estão contabilizadas as rendas, já pagas, a diversas juntas de freguesia e concelhos diretivos a reconhecer em gasto dos próximos exercícios, conforme contratos de cessão de exploração celebrados, com

vista ao estudo de potencial eólico. O valor diferido teve em conta o período de três anos.

- c) O valor registado na rubrica “Outros” diz respeito ao pagamento efetuado à “ENERCON” decorrente dos contratos, “ Full Guarantee & Warranty / Maintenance & Service” com ela celebrado, para manutenção dos parques eólicos de Mairós I, Mairós II, Leiranco e Casa da Lagoa, cujo vencimento ocorrerá no próximo exercício.

21 – Capital Próprio

No final do período, o capital social da EHATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 ações com o valor nominal de 5 €, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

	%	Nº de Acções	Valor
Município de Boticas	16,66	30	150.000 €
Município de Chaves	16,66	30	150.000 €
Município de Montalegre	16,66	30	150.000 €
Município de Ribeira de Pena	16,66	30	150.000 €
Município de Valpaços	16,66	30	150.000 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	30	150.000 €
TOTAL	100	180	900.000 €

E era decomposto como segue:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Inicial 31-Dez-2012	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-2013
Capital Social	900.000,00			900.000,00
Reservas:	1.249.054,26	1.015.543,21	0,00	2.264.597,47
Reservas legais	1.118.811,18			1.118.811,18
Outras Reservas	130.243,08			130.243,08
Reservas de Fusão		1.015.543,21		1.015.543,21
Resultados Transitados	3.811.095,94	1.906.367,15	2.504.787,07	3.212.676,02
Ajustamentos em Ativos Financeiros	6.457.597,35	2.490.954,05	6.344.654,23	2.603.897,17
Outras Variações nos Capitais Próprios	1.642.455,98	861.170,90	357.059,49	2.146.567,39
Resultado Líquido do Exercício	1.906.367,15	-37.007,90	1.906.367,15	-37.007,90
TOTAL	15.966.570,68	6.237.027,41	11.112.867,94	11.090.730,15

As variações registadas nas rubricas dos capitais podem resumir-se nos quadros que a seguir se apresentam:

Variações decorrentes da atividade operacional:

Designação	Aumentos	Diminuições
Resultados Transitados	1.906.367,15	2.504.787,06
Lucros Não Atribuídos Por Transferência de R. T.	2.466.982,59	
Subsídios ao Investimento/Impostos Diferidos	37.804,48	151.217,89
TOTAL	4.411.154,22	2.656.004,95

Variações decorrentes das operações a que temos vindo a aludir e descritas nos pontos 3.3 e 16 deste anexo:

Designação	Aumentos	Diminuições
Reservas de Fusão	1.015.543,21	
Participações Transferidas para os Municípios		3.980.289,30
Lucros Não Atribuídos Por Transferência de R. T.		
Participações Dissolvidas	23.971,46	
Participações Fundidas		1.357.076,98
Amortização Quota EEA		1.007.287,95
Subsídios ao Investimento/Impostos Diferidos	823.366,42	205.841,60
TOTAL	1.862.881,09	6.550.495,83

22 - Financiamentos Obtidos

Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo.

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	31-Dez-2013		31-Dez-2012	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
EHATB	2003	2018	3.339.777,26	954.222,06	4.293.999,33	954.222,06
Parque Eólico de Mairós	2007	2017	806.045,44	268.681,82		
Parque Eólico da Casa da Lagoa	2007	2017	168.081,80	56.027,28		
Parque Eólico do Leiranco	2007	2017	197.530,88	65.843,64		
Caixa Leasing						6.579,36
		Total	4.511.435,38	1.344.774,80	4.293.999,33	960.801,42

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a longo prazo, para financiamento da construção do A. H. de Bragadas e outros investimentos.

CGD – 10.973.554 € - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Em 2005 foram renegociados os empréstimos existentes, para um montante global de 11.586.537 € em duas linhas de crédito, uma já totalmente saldada e outra de 10.973.554 € com prazo de 13 anos (até Abril de 2018), dos quais dois foram de carência. A amortização deste empréstimo teve início em Abril de 2007 amortizando anualmente 954.222€, em duas prestações semestrais, sendo remunerado à Euribor a 6 meses, em vigor na data do início de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,08%;

CGD MLP – 2.955.500 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Mairós. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 134.341 euros e teve início em Março de 2007.

CGD MLP – 724.280 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Leiranco. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 32.921 euros e teve início em Março de 2007.

CGD MLP – 616.300 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico da Casa da Lagoa. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização teve início em Março de 2007, é semestral, amortizando anualmente 56.027,28 €.

23 - Outras Contas a Pagar – Não Correntes

Outras Contas a Pagar	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Hidroeléctrica de Daivões		450.000,00
Pro-Biomassa		750,00
Gastos de Desmantelamento	140.053,00	
Total	140.053,00	450.750,00

Relativamente à “Hidroeléctrica de Daivões, Lda”, de acordo com o contrato de cessão de quotas de 01/02/2006, o valor de 450.000 € deveria ser pago em prazo e condições aí estabelecidas e que tinham a ver, designadamente, com o desenvolvimento e futura construção do aproveitamento hidroeléctrico de daivões.

Uma vêz que o Aproveitamento Hidroeléctrico de Daivões, foi inviabilizado e que a empresa “Hidroeléctrica de Daivões, Unipessoal Lda.” detentora do alvará para a construção do referido aproveitamento hidroeléctrico foi dissolvida, o valor até agora em dívida, foi anulado com o desreconhecimento do ativo associado.

A rubrica “Gastos de desmantelamento” integra os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local que foram incluídos no custo do ativo relacionado, conforme *nota 14 acima*.

24 – Fornecedores

No período em análise, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Fornecedores	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Fornecedores Conta Corrente	172.874,05	152.654,81
Total	172.874,05	152.654,81

25 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" no período em análise é o seguinte:

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Imposto sobre o valor acrescentado	17.961,36	
Pagamento especial por conta a recuperar	33.331,04	9.812,00
IRC a recuperar		4.811,00
EOEP Ativos	51.292,40	14.623,00
IRC a Pagar	304.979,51	
Imposto sobre rendimento das pessoas singulares	7.737,62	5.268,65
IVA a pagar	138.030,99	214.203,72
Contribuições para a segurança social	13.339,51	11.976,01
EOEP Passivos	464.087,63	231.448,38

26 - Outras Contas a Pagar

O detalhe da rubrica "Outras Contas a Pagar" no final do período é o seguinte:

Outras Contas a Pagar	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Remunerações a Liquidar - Férias + Sub. Férias	82.413,37	48.614,43
Juros a Liquidar	16.395,14	17.261,28
Garantias	2.149,11	59.454,71
Outros Credores Por Acréscimo de Gastos	31.771,02	
Total	132.728,64	125.330,42

A Rubrica "Outros Credores por Acréscimo de Gastos" compreende, entre outros, o montante a pagar às juntas de freguesia de Santa Marinha, Santo Aleixo e Gondiaes decorrente do reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas, e do montante a apagar aos Municípios de Boticas, Chaves, e Vila Pouca de Aguiar decorrente do reconhecimento das taxas de produção relativas ao mês de dezembro dos parque Eólicos: Leiranco, Mairos e Casa da Lagoa.

27 - Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em cumprimento do art.º 66.ºA do Código das Sociedades Comerciais, divulgamos no seguinte quadro os honorários faturados pelos revisores oficiais de contas da empresa:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31-Dez-2013	31-Dez-2012
Revisão legal das contas	15.200,00	18.696,00
Totais	15.200,00	18.696,00

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Ehatb, EIM. S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas. Também não foram celebrados

quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta., Os administradores não são remunerados.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade EHATB, EIM S.A., não possui quaisquer ações próprias nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao setor público estatal nem à segurança social, e que os saldos em aberto no final do período, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento é efetuado no mês de janeiro.

28 - Compromissos Financeiros Assumidos, Não Incluídos no Balanço

A fim de garantir os empréstimos bancários de longo prazo foi dado pelos Acionistas, como garantia à CGD:

- i) Penhora das ações por eles detidas;
- ii) Penhor sobre os equipamentos que fazem parte da sua exploração comercial e industrial;
- iii) Penhor sobre a conta de depósitos, correspondente à conta de Reserva do Serviço da Dívida, bem como;
- iv) O compromisso de não distribuir dividendos em caso de uma autonomia financeira, inferior a 20% nos dois primeiros anos, (até 2006), e 25% nos restantes.

29 - Descrição Das Responsabilidades Da Empresa Por Garantias Prestadas.

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 €

A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à "Gestão do Aproveitamento Hidroeléctrico do Rio Alvadia". Desde 1995.

- Direção Geral de Energia e Geologia - 573.618 €

Para garantir, até ao valor de 5% do montante global do investimento, a execução das obras hidráulicas e da central destinadas ao A. H. de Bragadas.

Chaves, 30 de Abril de 2014.

A Técnica Oficial de Contas



Maria Leonor Ferreira Marques
(TOC 40235)

A Administração



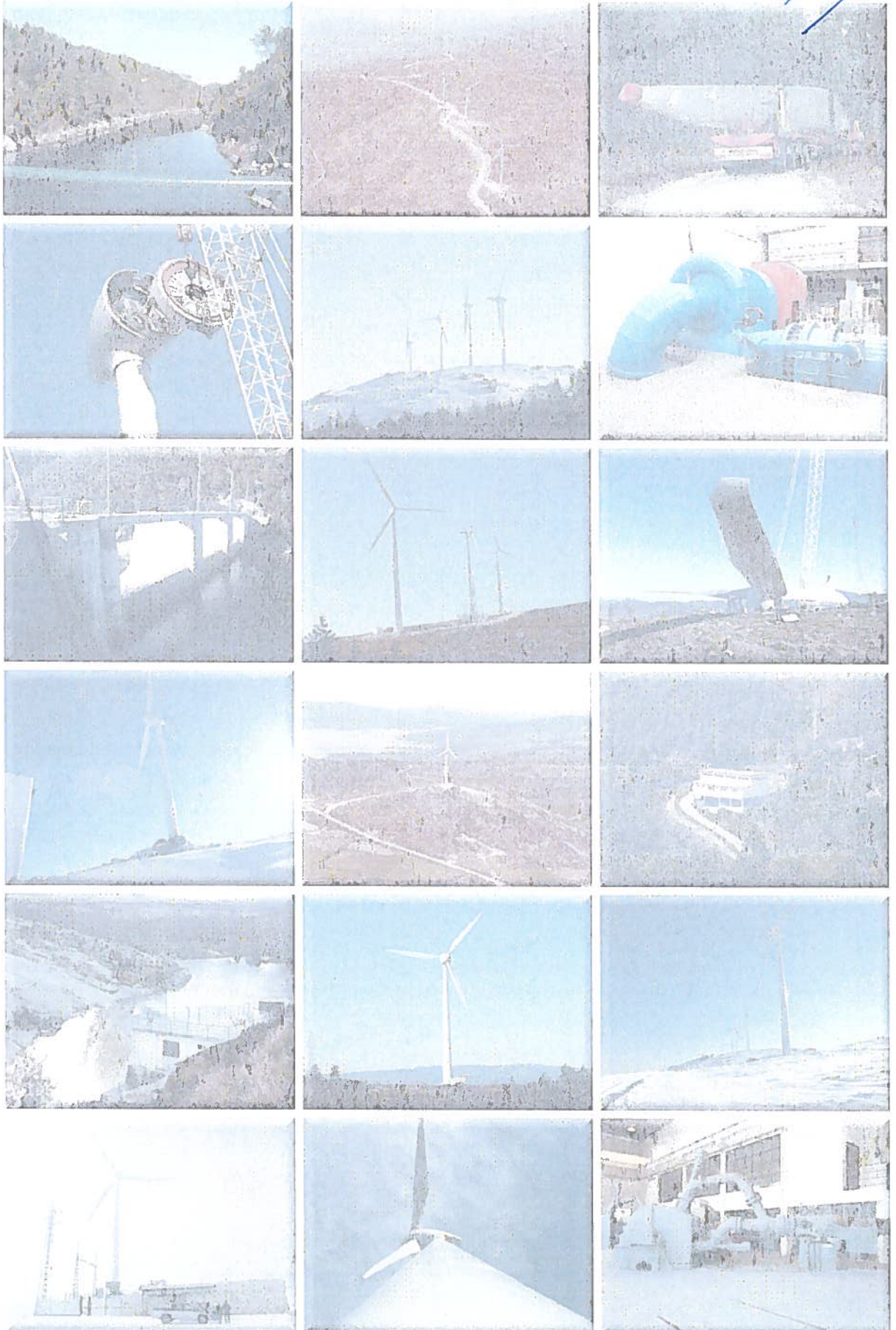
Rui Manuel Vaz Alves, Presidente



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



Manuel Orlando Fernandes Alves



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Quilom

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da **EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.**, durante o exercício de dois mil e treze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

Em 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei n.º 50/2012, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Tal como se divulga nos documentos acima referenciados, a Empresa continua a proceder às necessárias adaptações.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2013, apresentados pela Administração;
- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Ribeira de Pena, 7 de abril de 2014

O Fiscal Único

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)





Patrício

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 18.899.648 euros e um total de capital próprio de 11.090.730 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 37.008 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Patrício



5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da EHATB - EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A., em 31 de dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, temos a referir o seguinte:
 - 9.1. Tal como refere o relatório de gestão e a nota 16 do anexo, no cumprimento do disposto no artigo 68º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, foram alienadas aos Municípios acionistas, a título gratuito, um conjunto de participações sociais detidas pela Empresa. O efeito final dessas alienações realizadas em dezembro de 2013 deu origem à redução de 7.602.238 euros da rubrica "Investimentos financeiros", por contrapartida de resultados do período em 3.621.949 euros e, no valor de 3.980.289 euros, em rubricas do capital próprio.
 - 9.2. Ainda no âmbito da reorganização projetada, é de registar as seguintes operações:
 - a) Após obtenção de visto do Tribunal de Contas, em 9 de dezembro de 2013, foram objeto de fusão, por incorporação de todos os ativos e passivos, as sociedades Eólica de Barbadães, Unipessoal, Lda., Eólica do Leiranco, Unipessoal, Lda., e Eólica da Serra de Maios, Unipessoal, Lda., detidas a 100% pela Empresa.
 - b) Tal como refere a nota 10 do Anexo, "Outros rendimentos e ganhos" inclui 2.477.342 euros, correspondentes à totalidade dos resultados gerados pela participada EEA - Empreendimento Eólico de Alvadia, E.I.M. Lda., reportados a 31 de dezembro de 2013, já que esta entidade passou a ser totalmente detida pela Empresa em 19 de dezembro de 2013, prevendo-se proceder, a curto-prazo, à respetiva fusão por incorporação.





- 9.3. Conforme divulgado nas notas finais do relatório de gestão e na nota 9 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de duas ações inspetivas tributárias que incidiram sobre os exercícios de 2008 e 2009, resultaram correções ao IVA dedutível desses exercícios. Considerando a evolução dos processos de reclamação, por cautela, estão constituídas provisões nos montantes correspondentes aos valores já pagos dos exercícios de 2008 e 2009.

Ribeira de Pena, 7 de abril de 2014



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)